

Ser louca e ser mulher

Ovelhas na Névoa - um estudo sobre as mulheres e a loucura.

GARCIA, Carla Cristina.

Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995. 159 p.

Em seu livro *Ovelhas na Névoa - um estudo sobre as mulheres e a loucura*, Carla Cristina Garcia enfrenta uma questão importante e pouco discutida, seja no campo da psiquiatria social, seja na das ciências sociais ou dos estudos sobre a mulher no Brasil: o da loucura feminina. Estudos epidemiológicos mostram que a taxa de prevalência de distúrbios mentais tem sido consistentemente mais alta entre mulheres do que entre homens. A população internada nos hospitais psiquiátricos também parece ser majoritariamente feminina. Como lidar com essa questão, como abordar um tópico? Estão em

jogo as concepções de gênero e de doença mental daquele que se propõe a enfrentar o desafio.

A autora deixa clara sua opção por uma perspectiva que se poderia designar de construtivista tanto no que diz respeito à mulher quanto à loucura. Refere-se na página 12 a uma Antropologia dos Gêneros que propõe o estudo da "construção social dos sexos". Quanto à loucura, os autores escolhidos para fazer sua história, como Foucault ou Szasz, falam de uma construção social da doença mental.

O duplo objetivo do livro é "refazer um histórico da enfermidade feminina nos dois últimos séculos e escutar o que algumas Internas nas Instituições de São Paulo têm a dizer". Para tal a autora trabalha, de um lado, com uma reconstituição da história da psiquiatrização da mulher, e, de outro, com o relato de mulheres, sejam elas as Internas entrevistadas em sua pesquisa, sejam romancistas, poetas que descrevem de algum modo a experiência da loucura. Esta vertente do livro de Garcia - o apre-

sentação e análise da obra de mulheres como Virginia Woolf e Sylvia Plath - talvez seja a mais rica e interessante. É através desses relatos que a autora consegue sustentar com mais força e propriedade seu argumento central, segundo o qual a mulher enlouquece no mundo moderno devido à situação de opressão e dominação a que é submetida em um universo masculino. Isto é, dominado pelo homem. As autoras esculpidas, bem como as obras comentadas, são belos testemunhos de uma vivência de opressão tipicamente feminina nas quais a loucura ou o suicídio aparecem seja como uma libertação, seja como um mergulho dentro de si mesma. Garcia, por outro lado, entremela seu texto com histórias de vida das internas paulistas por ela entrevistadas, como ilustração do que está sendo dito, recurso que nem sempre funciona a contento. Se por vezes a história efetivamente reforça ou justifica as afirmações do texto, em outras é tratada como sendo a próprio argumento dispensando maiores análises. Isso acontece, por exemplo, na página 34 quando a autora, em meio aos comentários sobre Mrs. Dalloway de Virginia Woolf, afirma que "As mulheres que entrevistamos nos clínicas psiquiátricas de São Paulo também são personagens que não conseguiram escapar dos constrangimentos da socialização e internalização dos padrões" e segue relatando dois casos de mulheres entrevistadas que não necessariamente demonstram o que ela acabara de afirmar. Até porque essa é uma afirmativa que requer uma discussão mais fina e mais precisa - clínico tratar-se de uma certa teoria sobre a loucura feminina, de uma certa interpretação da razão pela qual determinadas mulheres acabam internadas em hospitais psiquiátricos, constituindo, com seus vários desdobramentos, a tese central da autora. Tal como a entendemos, esta poderia ser colocada, embora de forma um tanto simplificada, do seguinte modo: a doença mental é social e culturalmente construída; o estudo dessa construção social nos mostra que a Psiquiatria é um instrumento de controle social e moral (de desvios, comportamentos indesejados etc.) a esse controle é orientado pela diferença dos gêneros. No caso da mulher, portanto, a internalização psiquiátrica pode ser entendida como um capítulo da dominação masculina, marca da cultura ocidental. Isto em dois sentidos: a mulher efetivamente enlouquece mais (porque não lhe são dadas opções fora do mundo doméstico, fora de certos papéis e estereótipos comportamentais vistos como naturalmente femininos), e, ao mesmo tempo, é mais psiquio-

trizada (porque a tolerância para com determinados comportamentos potencialmente desviantes é menor quando se trata de uma mulher).

Logo na Introdução do livro Garcia afirma: "Os estudos feministas encaram a oposição entre masculino e feminino, entre o pai e a mãe, como constituinte o fundamento de nossa cultura ocidental moderna. As mulheres estão presas à vida humana e ao amor, à dominada natureza (reprodução e nutrição), enquanto os homens cobrem a criação da cultura, o direito de desfigurar o humano da vida material e vital e de reinar sobre toda a criação. Coloca-se então o problema da opressão da mulher" (p.12). Enuncia, assim, a ponta de vista que norteia sua análise.

Para demonstrar sua tese, Garcia faz um percurso que começa com a caça às bruxas no século XV. Parte do pressuposto de que o objetivo dessa caça foi o de calar a voz feminina e alijar a mulher de seu papel de transmissora de uma cultura popular. Neste sentido a quem das bruxas corresponderia à quem dos símbolos e vestígios dessa cultura. Mais tarde, nos séculos XVII e XIX, mas sobretudo nesse último, a bruxa passa a ser retrospectivamente diagnosticada como histérica. A figura da histérica marca uma certa mudança no modo de encarar a mulher que se transforma, de ameaça vinculada ao demônio, em ser fragilizado, predisposto a doenças, fraco dos nervos. Garcia mostra como a associação entre a natureza feminina e a loucura transforma a mulher no cliente preferencial dos asilos e dos especialistas dos nervos. Estes tratando os moléstias femininas inteiramente apoiados nos estereótipos vigentes acerca da "natureza feminina", calculada no binômio casamento/reprodução. Tudo que disso fugisse - interesses fora do lar, curiosidade por outros assuntos, intenção de trabalhar ou produzir alguma coisa - poderia ser causa ou consequência de nervos frágeis.

A Psiquiatria "darwinista" do século XIX, apoiada sobretudo na teoria da degeneração, sofre um revés importante com o advento da Psicanálise, a "cura pela fala". Fazendo uma interessante interpretação dos Estudos sobre a Histeria - trabalho inaugural da Psicanálise, escrita por Freud e Joseph Breuer -, a autora afirma que Anna O., a famosa paciente de Breuer, que entrava sazinha em transe hipnótico, desondando a falar sobre experiências traumáticas de seu passado, livrando-se assim dos seus sintomas histericos, fala verdadeira criadora do método catártico que mais tarde originou a terapia desenvolvida por Freud. Foi Anna O.

quem tornou a palavra, expressando desejos, angústias e medos reprimidos, promovendo desse modo sua própria cura. Garcia argumenta que, embora a Psicanálise possa ser considerada um avanço quando comparada com a Psiquiatria novecentista, a palavra af não é verdadeiramente devolvida à mulher, já que o seu discurso é sempre filtrado pela ética da Psicanálise ou pelo discurso do médico.

Rico-nos o eco da história de Anna O.. Esta, cujo nome verdadeiro era Bertha Pappenheim, após o término de sua "limpeza do chaminé" - como gostava de chamar o tratamento que fazia com o dr. Breuer -, tornou-se proeminente reformista social e feminista ativa. O que esse e outros trechos do livro nos levam a pensar é: de onde vem essa sensação de sufocamento, esse desejo de autonomia, de ser diferente, que faz a mulher se lutar por seus direitos, seja enlouquecer, seja escrever livros ou poemas, seja lutar o suicídio? Entre os páginas 57 e 58 do livro a autora mostra como a psiquiatrização da mulher é simultânea a uma luta feminista. Aprendemos então que "paralelos à emergência dos movimentos de emancipação feminina, principalmente na Inglaterra, entre as mulheres de classe média, distúrbios como a histeria e a anorexia nervosa se tornaram epidêmicos". Mais adiante, afirma: "as definições de gênero, trabalho e comportamento estavam se modificando em função das novas conquistas femininas e da consequente ameaça de decadência do poder masculino". E logo depois: "A batalha entre as feministas inglesas e os psiquiatras darwinistas começou em torno da questão da educação superior para as mulheres". Havia, portanto, uma luta, e esta envolvia médicos (homens), especialmente os psiquiatras, e mulheres. Aqueles procuravam, através de seu poder médico, cercear o desejo de autonomia feminino. Nesse sentido pode-se concluir que quanto mais as mulheres lutassesem por sua autonomia, mais seriam "enlouquecidas". A relação entre loucura e emancipação feminina fica assim compreendida no bojo de uma "luta entre os sexos". Esse, que é um dos descobrimentos da tese central da autora, aponta exatamente para sua maior limitação. Acredita que toda a discussão teria um melhor rendimento se a própria idéia de uma luta entre os sexos - isto é, do desejo de autonomia feminino em oposição aos ditames sociais - pudesse ser colocada em questão. Pensa aqui no importante artigo da Franchetto, Covalcanti e Heilborn, Antropologia e Feminismo, no qual as autoras apontam para a cate-

goria Indivíduo como valor axial da cultura ocidental e cujos correlatos (igualdade, autonomia, liberdade) levam à percepção da assimetria entre os gêneros como apressão. Ou seja, o "luta entre os sexos" só pode ser entendido se levarmos em conta a universalidade implícada no valor Indivíduo - sendo este o solo em que frutifica a busca das mulheres por igualdade.

Se a ideologia individualista, como apontam as autoras citadas acima, é essencialmente igualitária, implicando como correlatos as noções de liberdade e autonomia, ela não é desprovida de paradoxos quando se trata de lidar com a diferença. É exatamente ali, neste ponto, que a articulação entre mulher e loucura se revela um espaço privilegiado para se discutir a convivência entre um ideal igualitário e universalizante, de um lado, e uma clínica das comportamentos basicamente diferenciadora e discriminadora, de outro. Essa articulação deve, antes de mais nada, ser examinada no contexto da emergência de uma "medicina mental" voltada para o manejo da loucura, o que Garcia faz no terceiro capítulo de seu livro.

Algunas imprecisões podem correção. Uma delas certamente se deve a erro de revisão: Pinel foi nomeado diretor de Bicêtre em 1793 (e não 1873). No que tange a Foucault, o erro é mais grave. O Grande Internamento, descrito por esse autor na História da Loucura, efetivamente implicou o confinamento indiscriminado de loucos, mendigos, vadões, bandidos, prostitutas, devassas e outros. Ao contrário do que afirma Garcia, entretanto, esse movimento não toma impulso a partir da última metade do século XVIII acelerando-se no século seguinte. O que ocorre no final do século XVIII é um movimento oposto a essa segregação indiscriminada. Isso por várias razões, entre as quais é possível apontar a oposição suscitada pelo arbitrariedade que misturava diferentes categorias de pessoas, e a descoberta, pelo Estado, da população comum: o grande internamento se revelava um enorme desperdício. O espaço de confinamento antecipa o "democrático" se especializa e, no mesmo ato, se medicaliza. Passa agora a se definir exclusivamente ao louco. Foucault é um autor importante não apenas porque escreveu uma história da loucura, mas porque, através de suas histórias - da loucura, das prisões, da sexualidade - procurou dar conta do surgimento de um novo tipo de sujeito. Ou, como sugere em Vigiar e Punir, da "alma moderna". No contexto da produção desse novo sujeito, o alienismo se constitui não apenas em uma forma de controle social, mas

em uma nova forma de controle, implicada na idéia da alienação como uma potencialidade oculta no interior de cada um. Uma forma de controle que passa pelo interior do próprio indivíduo, independentemente de certa forma, de instâncias externas para seu exercício.

Robert Castel em seu primoroso *A Ordem Psiquiátrica: a Idade de Ouro do alienismo* também mostra como a nascente Psiquiatria tem um papel social e político que vai além do mero controle de comportamentos indesejáveis, dizendo respeito a uma nova concepção de sociedade e de sujeito. Segundo este autor, a medicina mental vela resolver um problema colocado pela loucura para a definição liberal do estado moderno: como justificar a segregação do louco que, não tendo cometido qualquer crime, representa ainda assim uma ameaça para a harmonia social? Se a revolta contra o internamento indiscriminado não poupa o criminoso, no caso da loucura é necessário um outro tipo de raciocínio, que não se baseie no plano estritamente jurídico. A medicina mental vem cobrir esse hiato. A Internação do louco, socialmente necessária, deixa de ser uma questão jurídica para transformar-se em assunto médico. O alienismo surge, assim, para cobrir uma lacuna do estado de direito burguês, aponfando, na mesmo ato, para a possibilidade do indivíduo alienado de si, passível de tutela. Explicita-se aí a outra face desse novo sujeito, aquela que está aquém ou além da norma, que escapa do domínio público da lei, e entra no terreno da norma, de algo que o sujeito deve controlar para não ser ele própria controlada. Temos então, de um lado, o sujeito da lei - pensado como autônomia, livre e igual -, de outro, o sujeito da norma, fundada nas noções de singularidade e interioridade. Os ideais correlatos de liberdade e igualdade são assim complementados pela constituição de todo um aparato médico-pedagógico-psicológico que vai justamente sustentar os possíveis (ou necessários) desigualdades e balizar a recém-inaugurada liberdade. Se todos são iguais perante a lei (o contrato artificialmente concebido pelos homens), cabe à ciência ordenar essa massa indistinta de indivíduos e distinguir os capazes dos incapazes, os fortes dos fracos, os espertos dos idiotas etc. No reino da igualdade, cabe à ciência reinstaurar a desigualdade, isto é, um certo ordenamento da sociedade - "colocar as coisas em seu devido lugar". A ciência discrimina, separa, classifica, acreditando seguir uma lógica que escapa à regra ou à vontade dos homens - a lógica inescapável da

natureza e da biologia. É assim que a noção de alienação mental e o encarceramento da loucura são paralelos ao surgimento do moderno sentimento de família, de infância, correlatos, por sua vez, à concepção de uma natureza feminina ligada à maternidade e aos afazeres domésticos. A família como seio da natureza, a criança como ser naturalmente mais frágil porque mais próximo da natureza, a mulher marcada por sua propensão natural para a procriação. A igualdade ancorada na lei balizada por uma diferença ancorada na biologia - essa a dualidade da universa puritano. Dualidade que não é desprovida de paradoxos. O maior deles está na convivência das noções de igualdade e universalismo também se chocam com as possibilidades de diversidade implicadas nas noções gêmeas de liberdade e autonomia. Vemos, portanto, que não estamos lidando com um sistema de valores desprovido de contradições.

Mulher e louca, cujos destinos estarão desde sempre entrelaçados, comungam o fato de estarem sujeitos mais à norma que à lei, por isso tutelados e "protegidos" (lembremos aqui que se a mulher vai ser a cliente preferencial dos manicômios, os homens serão a maioria absoluta nas prisões). Entretanto, se é verdade que o mundo burguês é masculino, branco e adulto, não se pode negar que os valores que o sustentam - igualdade, universalidade, liberdade - contêm o germe de sua própria negação, ou seja, contêm, a partir de seus paradoxos, a possibilidade de questionamento e, diríamos mesmo, desvio em relação à norma.

É essa possibilidade de uma paradoxal negação de si mesmo que nos faz assistir a uma extensão do conceito de cidadania, que passa a incluir muitos dos diferentes de outrora. São os valores axiais de igualdade e liberdade que sustentam a luta pelos direitos das minorias raciais, dos loucos, das crianças, dos homossexuais e das mulheres. Nesse sentido é possível afirmar que o mesmo movimento que transformou a mulher em um dos objetos privilegiados da medicalização e psiquiatrização em nossa sociedade foi responsável pelo surgimento da luta em prol dos direitos da mulher (e de sua igualdade com relação ao homem). A afirmação de uma diferença biológica e mental (no caso colocada pelo complexo médico-psicológico, pela norma como contraponto da lei) é um movimento

complementar à afirmação da igualdade de direitos e só existe a partir desta. São os dois lados paradoxais de uma mesma moeda, cuja existência vem dar conta tanto de uma mulher como Florence Nightingale quanto da mulher nervosa e fragilizada, objeto de cuidados médicos - figuras exemplarmente reunidas e sintetizadas na dupla Anna O./Bertha Pappenheim.

No último capítulo do livro, Carla Cristina Garcia apresenta os dados de sua pesquisa junto às internas de São Paulo, 68 mulheres selecionadas entre os pacientes de duas clínicas, uma estatal e outra particular (onde foram entrevistadas pacientes conveniadas e particulares). Nesta parte do livro, embora de forma um tanto assésmática, a autora ilustra suas teses com relatos de caso, procurando demonstrar como a mulher internada, na ver-

dade, sofre por não preencher as expectativas do mundo (masculino) por ela internalizado ou por fugir delas. A Psiquiatria, por seu turno, ou os psiquiatras, aparecem como o reflexo fiel desse mundo. Apesar do capítulo se ressentir da falta de uma maior sistematização na apresentação dos temas abordados, a força dos relatos lhe empresta densidade. As histórias são de dor, sofrimento e tristeza. As internas, demolidas pela vida, compõem a paisagem lúgubre de nossos dias que, "humanizadas" por Pinel no final do século XVIII, seguem sua silva despersonalizadora. São sujeitas à espera de uma escuta que acolha sua diferença - no caso dupla: ser louca e ser mulher. Escuta a que Carla Cristina se propôs. E ali reside o valor de seu trabalho.

JANE A. RUSSO ■